

A publicação deste número da *Revista Pro-posições* assume para nós do Grupo de Pesquisa em Educação, Trabalho e Cultura Organizacional um significado todo especial. Ela é resultado do trabalho conjunto entre professores-pesquisadores da Faculdade de Educação da Unicamp, alunos de pós-graduação (mestrado/doutorado), alunos de iniciação científica e professores-pesquisadores do Departamento de Antropologia do IFCH, que desenvolve um projeto temático: “Culturas Empresariais Brasileiras”, financiado pela FAPESP. Reunindo-se desde 1997, o grupo de professores e alunos constatou a existência de estudos comuns e de linhas de pesquisas complementares entre os pesquisadores das duas unidades, efetivando-se assim vínculos acadêmicos que favoreceram o intercâmbio de idéias e de experiências das quais resultaram não apenas o respeito, como também uma contínua e mútua colaboração. O fato desta integração acadêmica entre os dois grupos só ser conhecida no âmbito de suas produções científicas não lhes diminui a importância: antes, deve ser levada na conta de uma discricção de ambas as partes, interessadas nos resultados de suas produções que ora será exposta a um público mais amplo.

A cultura organizacional como temática de investigação, vem colocando diversas áreas de conhecimento em interação, o que nos propicia um refinamento da percepção dos processos que estão na raiz dos fenômenos culturais das organizações. Não temos a intenção de precisar nesta apresentação em que consiste nossos estudos. Diremos apenas que os modelos organizacionais que estão em discussão na atual economia de mercado (sejam empresas privadas, universidades, escolas, etc.) são veículos de um imaginário que as legitima como principal fonte fornecedora de identidade para os indivíduos que nelas trabalham e até da sociedade onde atuam. São questões como estas que nos levam a pesquisar a cultura das organizações modernas destacando em especial as novas respostas que elas têm dado às exigências do contexto social, construindo uma estética particular e uma nova forma de estruturar suas relações de trabalho.

Cada autor nesta publicação tem seu enfoque particular e esta diversidade permite analisar as problemáticas sob ângulos diferentes. É interessante observar que todos os autores abordam essas questões, a partir de dados de pesquisas realizadas no âmbito de suas próprias investigações.

O artigo que abre esse número “Os efeitos na prática docente das propostas políticas de educação: 1971 a 1999”, de Teresa do Carmo Ferrari Bedendi, problematiza as políticas educacionais introduzidas na rede de ensino público e mostra como elas têm afetado

significativamente a prática pedagógica dos docentes, o sucesso dos alunos e, conseqüentemente, a qualidade do ensino. Ressalta ainda que os formuladores de políticas educacionais nunca levam em conta que é necessário ter respeito pelo professor, pelas suas experiências e condições de trabalho. Neste contexto explicita que a atitude dos professores é compreensivelmente marcada pela reserva e desconfiança, traduzindo-se por uma forte resistência às políticas propostas que parecem até ser inovadoras para a atualidade, mas são propostas dissociadas da prática dos profissionais que estão na base do sistema.

A seguir, Maria Francisca Teresa Quagliato com o artigo “A recuperação do ensino básico: Mecanismo de aprendizagem ou discriminação?” faz uma análise da recuperação paralela, como instrumento de consolidação do regime de progressão continuada do Ensino Fundamental e do regime de progressão parcial do Ensino Médio, ambos instituídos pela Lei 9394/96. Como é sabido, a recuperação tem feito parte da história das escolas, mas na atualidade o peso que lhe tem sido atribuído poderá transformar-se em mais um mecanismo discriminatório se não vir a constituir-se em um mecanismo de aprendizagem efetiva.

A discussão acerca do tema “A formação de professor e a prática pedagógica” é o objeto do trabalho apresentado por Clara Germana de Sá Gonçalves Nascimento, que examina o nexos entre a gestão dos processos escolares, a formação de professor e a sua prática educativa. A análise permite-nos entender como a formação do professor vem sendo gestada nas condições concretas em que se efetiva e obriga-nos a repensar não só a natureza dos saberes mobilizados na escola, mas, também, a redefinição dos papéis dos vários atores sociais envolvidos.

Maria Cristina Menezes em “A prática docente jesuítica e política colonial no Brasil quinhentista” recupera as origens da organização do ensino no Brasil, nos primórdios de sua colonização, considerando as forças políticas subjacentes, produto das condições sócio-econômicas e culturais da época. O estudo da Companhia de Jesus e o como ela foi construindo sua concepção de ensino, com base na atuação de seus mestres, nos vários colégios implantados em diferentes países da Europa, possibilitaram a compreensão do modo pelo qual esse ensino se manifestou em Portugal e de sua adequação na colônia brasileira.

O trabalho de Guilherme do Val Toledo Prado, “Currículo e linguagem: Contribuições para o debate a partir do conceito de gênero do discurso”, procurou evidenciar a relação entre currículo e linguagem nos documentos oficiais que orientam o ensino de Língua Portuguesa. A partir do conceito de gênero do discurso, proposto por Bakhtin (1992), construiu-se a relação entre o currículo e a linguagem. O que se evidenciou é que a concepção de linguagem mudou quando mudou a concepção de currículo. Também, a mudança na concepção de linguagem na década de 80/90 colocou questões para o modo de produção do currículo do ensino de Língua Portuguesa.

No texto “Políticas para a educação superior no Cone Sul: Do autoritarismo ao neoliberalismo”, Maria das Graças M. Ribeiro aborda comparativamente a educação

superior em três países da América Latina, detendo-se especialmente nas relações entre estado e universidade. A hipótese que o orienta é a de que tais relações, nitidamente distintas, no Brasil, na Argentina e no Chile, durante o período das ditaduras militares, tendem a apresentar grande semelhança com o fim do autoritarismo.

Alcides Fernando Gussi, com o tema “A qualificação profissional nas empresas: Reflexões em torno das identidades sociais, nacionalidades e culturas empresariais”, apresenta um conjunto de reflexões teóricas, a partir da antropologia social, acerca da construção das identidades sociais e das nacionalidades no universo empresarial. Tais reflexões buscam compreender a construção do conceito de qualificação profissional nas empresas, que vem se transformando no contexto de reestruturação produtiva.

A etnografia desenvolvida por Alcília Ferreira Gonçalves, sobre “Mudanças no mundo do trabalho: Aspectos simbólicos da gestão participativa e o papel do conhecimento no cenário contemporâneo”, discute os aspectos simbólicos da gestão participativa e do conhecimento no mundo contemporâneo. A discussão foi desenvolvida em uma empresa nacional de telemática e a partir do referencial teórico das ciências sociais.

“Sobre a adoção de programas de qualidade e profissionalização em situações de mudança”, Lea Carvalho Rodrigues toma como foco analítico a implementação de um programa de qualidade total e de um programa de profissionalização, em uma empresa estatal do setor financeiro que, à época, passava por uma situação de profunda crise interna e expressiva redução do quadro de empregados. A partir do acompanhamento desse caso empírico, fazem-se algumas análises com respeito à adoção de programas dessa natureza em situações de mudança.

Além dos artigos citados, Alexandre Filordi de Carvalho apresenta um ensaio intrigante sobre “O discurso da valorização do ser humano na pós-modernidade: Um desafio à educação”. Vasculhando a realidade pós-moderna, tenta demonstrar o que vem a ser esta realidade, a ênfase de seu discurso de valorização do ser humano, na verdade uma falácia e, finalmente, o desafio que isto tudo sugere para a educação.

Por fim Maria Alzira de Almeida Pimenta nos presenteia com uma resenha sobre o livro de Cortella, *A escola e o conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos*, mostrando a sua capacidade de articular uma gama enorme de informações em uma análise pertinente, que, sem deixar de conter críticas meticulosas, consegue ao mesmo tempo ser profundamente otimista. Seu trabalho, pleno de humanismo, rompe com antigas falácias da academia. São, pois, muito variados os objetivos. Pareceu-me, no entanto, que as diversas contribuições apresentadas apontam para pontos comuns: o tratamento teórico-prático da prática pedagógica, currículo escolar, os vínculos entre trabalho e educação, reformas educacionais, formação de professor, qualidade da educação e do ensino, cultura e conhecimento, modernidade, processo de qualificação da força de trabalho. Estão aí as questões fundamentais.

Clara Germana Sá Gonçalves Nascimento
Professora da Faculdade de Educação-UNICAMP
Campinas, fevereiro de 2000